

O YISHUV E O HOLOCAUSTO: A RELAÇÃO ENTRE O PROTO-ESTADO  
JUDEU E O EXTERMÍNIO DOS JUDEUS NA DIÁSPORA

THE YISHUV AND THE HOLOCAUST: THE RELATION BETWEEN THE PRE-  
STATE AND THE EXTERMINATION OF THE JEWS IN DIASPORA

Thaily Viviane André<sup>1</sup>

**Resumo**

Um dos temas mais polêmicos da história do Estado de Israel, até hoje, é o grau de ciência dos líderes do Yishuv, proto-Estado judeu na Palestina sob mandato britânico, a respeito da magnitude da destruição da comunidade judaica na Europa pela Alemanha nazista, e o quanto fizeram para salvar esses judeus. Este artigo tem por objetivo tentar responder a essas complexas questões, além de apresentar o debate historiográfico dos principais autores que se aprofundaram na temática.

**Palavras-chave:** Yishuv; Holocausto; resgate; debate historiográfico.

**Abstract**

Until today, one of the most controversial themes of the State of Israel history is about how much the leaders of the Yishuv, the Jewish pre-State in Palestine under British mandate, really knew about the magnitude of the destruction of the Jewish community in Europe by the Nazi Germany, and how much effort they put in saving these Jews. This article tries to answer such complex questions and to present the historiographic debate of the main authors who deepened on the subject.

**Keywords:** Yishuv; Holocaust; rescue; historiographic debate.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Estudos Judaicos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Judaicos e Árabes da Universidade de São Paulo. E-mail: thailyandre@hotmail.com

## **Introdução**

Muito se debate até os dias atuais, mesmo decorridos mais de 70 anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, sobre o quanto os líderes do Yishuv, o proto-Estado judeu na Palestina sob Mandato Britânico, sabiam sobre a magnitude da destruição da comunidade judaica na Europa, perpetrada pela Alemanha nazista. Uma segunda questão que surge é: caso tenham compreendido que a intenção dos nazistas era exterminar os judeus da Diáspora, o que fizeram os líderes do Yishuv para salvar os judeus europeus? O objetivo deste artigo é tentar compreender o quanto de fato se conhecia sobre o Holocausto e o quanto se fez ou se tentou fazer para auxiliar esses judeus da Diáspora. Além disso, apresentaremos alguns dos autores mais importantes que se debruçaram sobre o assunto, destacando os argumentos principais dos que buscam defender ou justificar a posição e as atitudes dos líderes sionistas ao longo da Segunda Guerra, bem como os argumentos daqueles que os condenaram por não terem feito o suficiente para amenizar o sofrimento dos judeus europeus.

## **O recebimento de notícias sobre o Holocausto no Yishuv**

Antes de abordarmos a atitude do Yishuv perante o Holocausto, é importante fazermos uma rápida contextualização, pois apenas entendendo as suas potencialidades e dificuldades é possível avaliar se os líderes desse proto-Estado tinham efetivamente o poder de ajudar os judeus da Diáspora. O termo Yishuv era utilizado desde a década de 1880 para designar o assentamento de jovens judeus, em sua maioria provenientes do Império Russo, na Palestina controlada pelo Império Otomano. Esses jovens tinham duas motivações que, juntas, os fizeram imigrar para a Terra Prometida, sendo uma delas as perseguições que já atingiam os judeus no Império Russo – que se intensificariam no início do novo século com novos *pogroms* – e a outra a concretização de um ideal antigo para os judeus, que era fundar as bases para um futuro Estado judeu em terras de Israel.

Dessa forma, logo no começo da década de 1880 tem início a primeira *aliyah* (do hebraico “ascensão”), como ficaram conhecidas essas levas migratórias de judeus para a Palestina. No início do novo século, ocorreu uma nova *aliyah*, composta em sua maioria por jovens, muitos dos quais se tornariam grandes líderes do Yishuv e, posteriormente, do Estado de Israel, como David Ben-Gurion, que imigrou em 1906. Esses jovens estabeleceram as bases do que seria o Yishuv e o futuro Estado. Enquanto esses imigrantes se esforçavam para se adaptar às difíceis condições da nova terra, teve início a Primeira Guerra Mundial, sendo que o fim desta traz, como consequência, o fim do Império Otomano. Os territórios que até então estavam sob domínio otomano no Oriente Médio foram divididos entre França e Inglaterra, as grandes vencedoras da guerra, por meio do acordo conhecido pelo nome dos responsáveis pelas negociações, Sykes-Picot. Nessa divisão, coube à Inglaterra o território da Palestina.

Os judeus que ali viviam ficaram esperançosos com essa troca de dominação, especialmente após a Declaração de Balfour de 1917, que dava subsídios para a criação de um lar nacional judaico. Um desses subsídios foi a criação da Agência Judaica, estabelecida em 1922<sup>2</sup>, que iria representar os interesses dos judeus e promover a imigração judaica, imprescindível para a criação de um Estado. Com o crescimento do número de habitantes judeus a partir das levas migratórias e com a ameaça que eles representavam para os árabes que ali viviam, no início da década de 1920 surgem revoltas, as quais alteraram a política inglesa. Até então aparentemente favorável aos interesses sionistas, os protestos árabes forçaram o Império Britânico a frear a imigração judaica pelo receio de uma guerra civil.

Por meio do chamado “Livro Branco” de 1922<sup>3</sup>, os britânicos restringiram a imigração judaica na Palestina a partir de cotas restritivas, segundo a capacidade de absorção do território. Outrossim, a criação do lar nacional judeu, que parecia tão palpável para os colonos do Yishuv, começou a parecer cada vez mais distante, já que o Estado dependia de uma grande imigração para ser

---

<sup>2</sup> PORAT, 2008, p. 5.

<sup>3</sup> BRITISH, [20--?].

concretizado. Não obstante, novas levas de imigrantes judeus continuavam a chegar à Palestina, em sua maioria ilegalmente, sobretudo após a criação das cotas. Tal imigração ilegal ficou conhecida como *Aliyah Bet* (*Bet* é equivalente a B no hebraico, a segunda letra do alfabeto, representando uma imigração secundária) ou Ha'apala, a qual era, além de custosa, perigosa. Muitos barcos naufragaram ou foram interceptados pelos britânicos e devolvidos aos seus portos de origem.

Ben-Gurion não apoiava a imigração ilegal, não por questões ideológicas, mas porque sabia que a Agência Judaica dependia da autoridade britânica e desafiá-la poderia colocar os interesses sionistas em risco. Segundo Tom Segev<sup>4</sup>, nunca esteve nas prioridades do Yishuv a imigração ilegal, apesar de que esta fosse necessária para o fortalecimento do proto-Estado. A intenção era promover uma imigração seletiva, conhecida como *Seleksia*, composta por indivíduos que ajudassem a construir a sociedade do novo Estado, particularmente jovens, sionistas e socialistas.

Hitler, na época sem ter delineado um plano de extermínio total de judeus, almejava deixar o Terceiro Reich *Judenrein* – livre de judeus. Por isso, muitos judeus do Reich (que abarcava a Alemanha, Áustria, Boêmia e Morávia), por volta de cinquenta a sessenta mil ao longo da década de 1930<sup>5</sup>, conseguiram imigrar para a Palestina por meio de um acordo chamado Haavará, que os permitiu deixar a Alemanha a partir do pagamento de uma taxa. Consequentemente, por conta das ondas migratórias, fossem elas legais ou ilegais, a população do Yishuv aumentou, o que por sua vez potencializou a insatisfação dos árabes, que promoveram uma nova leva de violência e greves na Palestina, conhecida como a Revolta Árabe de 1936, a qual se estendeu até 1939, ano de início da Segunda Guerra Mundial.

Em 1939, os britânicos conseguiram suprimir a revolta e impuseram uma nova cota de imigração por intermédio do já conhecido “Livro Branco”. Na época, ainda era impossível saber que justamente os anos seguintes seriam tão cruéis para os judeus e que mais do que nunca eles precisariam imigrar para a terra

---

<sup>4</sup> SEGEV, 1991, p. 42.

<sup>5</sup> REFUGEES, [20--?].

onde consideravam seu lar de direito e onde se sentiam mais protegidos. Entretanto, apesar de ser possível ainda emigrar da Alemanha, o número de países que aceitava imigrantes judeus era cada vez menor, o que ficou claro na Conferência de Evian, realizada em julho de 1938, que contou com a participação de representantes de muitos países e tinha por meta resolver a questão dos refugiados do nazismo e da guerra. Contudo, somente demonstrou a falta de vontade da maioria dos países em aceitar imigrantes, sobretudo judeus. Isso ficou evidente em vista do estabelecimento de cotas, que já existiam na Palestina, assim como em inúmeros países, como os Estados Unidos e muitos países europeus.

Com a invasão da União Soviética em 1941, começou a “Solução Final”. Para concretizar tal ação, era necessário concentrar os judeus em guetos, para facilitar o seu extermínio. Para tanto, a emigração foi proibida e, a partir desse momento, os judeus da Europa estavam presos. Enquanto isso, no Yishuv dos anos 1940, já eram quatrocentos e setenta mil os judeus na Palestina<sup>6</sup>, que já contavam com um sistema de governo bem organizado, contudo, o número de árabes ainda era superior, ultrapassando um milhão de habitantes. O órgão maior, a Agência Judaica, tinha o seu Executivo, que era visto como o governo do proto-Estado. O presidente do Executivo da Agência Judaica (EAJ) era David Ben-Gurion, cargo que ocupou desde 1935<sup>7</sup>, no qual era responsável pelas questões mais importantes do Yishuv, como a imigração, a aquisição de terras, o assentamento, a colonização e a arrecadação de fundos. Todos esses eram aspectos fundamentais para criar as bases para o novo Estado.

O EAJ tinha também espécies de embaixadas em países da Europa, chamadas Oficinas da Palestina, encarregadas de estabelecer contato entre o Yishuv e os judeus da Diáspora. Essas oficinas emitiam certificados de imigração por intermédio das cotas estabelecidas pelo Mandato Britânico. Durante a guerra, elas também funcionaram como fontes de informação sobre a situação geral na Europa e das comunidades judias em particular. Como aconteceu em vários países durante a guerra, os meios de comunicação foram dificultados,

---

<sup>6</sup> PORAT, op. cit., p. 1.

<sup>7</sup> SEGEV, op. cit., p. 16.

mas não interrompidos. A Palestina, apesar de distante, ainda tinha suas fontes de notícias. Mas havia um agravante, que não existia em outros países: como a Palestina era dominada pela Inglaterra, o governo do mandato mantinha o controle por meio de uma estrita censura sobre a imprensa e os serviços postais na Palestina<sup>8</sup>.

Apenas um mês depois do início da guerra, em outubro de 1939, o EAJ criou uma de suas Oficinas em Genebra, na neutra Suíça, que logo se tornou um grande centro de informações do Yishuv sobre a situação da Europa e, especialmente, dos judeus sob domínio nazista. Segundo Dina Porat<sup>9</sup>, Genebra se tornou um centro de coletânea e intercâmbio de informações, onde se encontravam representantes de várias organizações judaicas internacionais e que mandavam regularmente à Palestina informes detalhados da situação. Estes provinham de testemunhos de refugiados que passavam por Genebra, de avaliações de funcionários dessas várias organizações e de cartas recebidas da Polônia. Contudo, as notícias não vinham apenas por Genebra, também chegavam diretamente à Palestina na forma de cartas escritas por movimentos juvenis, partidos políticos, centros comunitários e mesmo por indivíduos. E as notícias que começavam a chegar, mesmo nesse começo de guerra, já eram alarmantes.

Muitos já conseguiam perceber que essas não eram notícias pontuais, mas parte de algo maior, de uma tragédia delineada. Como Lichtheim, um dos informantes de Genebra, que já em 1939 prognosticava que dois milhões de judeus podiam ser aniquilados pelos alemães com a mesma crueldade que os armênios foram exterminados pelos turcos de 1915 a 1916<sup>10</sup>. Mas, ao alertar o Yishuv sobre a sua intuição, foi recebido como pessimista e seu alerta não foi considerado porque julgaram que não contava com provas suficientes.

Em 1940, foi publicado um fascículo chamado “A Shoá dos Judeus na Polônia”, que continha uma resenha da situação dos refugiados poloneses na Hungria, Eslováquia, Romênia e União Soviética. Nele, estava escrito o que era não apenas uma frase de impacto, mas uma grande premonição do que poderia

---

<sup>8</sup> PORAT, op. cit., p. 6.

<sup>9</sup> Ibid., p. 7-8.

<sup>10</sup> Ibid., p. 10.

acontecer com os judeus europeus: “Se a guerra não terminar logo e se não ocorrer um milagre, o único que sobrar em solo polaco é um gigantesco cemitério judeu”<sup>11</sup>. Porém, muitos no Yishuv acharam que os fatos ali descritos eram apenas exceções, consequências naturais da guerra ou mesmo do antissemitismo polonês e não um extermínio em curso.

Em janeiro de 1942, foi divulgado um documento oficial fornecendo informações sobre os acontecimentos no front russo. O chanceler soviético Vyacheslav Molotov – mais conhecido por ter assinado em 1939 o pacto que recebeu seu nome, Ribbentrop-Molotov, de não agressão entre Alemanha e Rússia – enviou a todas as embaixadas estrangeiras na União Soviética uma carta descrevendo todos os crimes cometidos pelos nazistas. Essa notícia chegou ao Yishuv juntamente com evidências concretas, na forma de fotografias do fuzilamento de judeus na Polônia oriental, provenientes de Londres. Contudo, tais notícias não receberam muita atenção e nem foram divulgadas amplamente no Yishuv<sup>12</sup>, pois não receberam credibilidade.

Motivada pela notícia de que um navio com mais de setecentos refugiados<sup>13</sup> judeus buscando asilo na Palestina naufragou em fevereiro, em decorrência a um longo impasse entre a Turquia, onde estava ancorado, e a Inglaterra, que não permitia que o navio pudesse chegar à Palestina<sup>14</sup>, a Assembleia de Representantes, afiliada ao Conselho Nacional do Yishuv, reuniu-se em uma sessão especial. Tal sessão foi motivada a chamar a atenção mundial sobre “a guerra de extermínio que conduz Hitler contra o povo judeu”<sup>15</sup>, com um apelo para uma ação internacional que ajudasse os judeus europeus e para que fossem abertas as fronteiras da Palestina para os refugiados. Buscou-se igualmente coletar dinheiro para ajudar os sobreviventes. Apesar da boa intenção, essas propostas não saíram do papel, e foi mais um debate pontual do que uma prioridade do Yishuv naquele momento.

---

<sup>11</sup> Ibid., p. 11.

<sup>12</sup> Ibid., p. 32.

<sup>13</sup> STRUMA..., [2017?].

<sup>14</sup> VOYAGE..., [2016?].

<sup>15</sup> PORAT, op. cit., p. 33.

Em março, foi divulgada mais amplamente nos jornais da Palestina uma informação de Bernard Jacobson, representante em Budapeste do Joint Distribution Committee, na qual soldados húngaros que retornaram da Ucrânia afirmavam que os alemães haviam assassinado mais de duzentos e cinquenta mil judeus<sup>16</sup>. Além disso, foi publicada outra carta oficial do chanceler soviético Molotov, dirigida aos Estados Unidos, acrescida de testemunhos oculares da legação americana em Moscou, que afirmavam que milhares de judeus eram assassinados diariamente na União Soviética, em um número superior a cem mil mortos até então<sup>17</sup>. Não obstante, tais notícias não foram imputadas como verídicas e não tiveram influência suficiente para fazer que o EAJ ou mesmo o Comitê Central do Mapai decidissem realizar uma ação concreta e imediata contra tal fenômeno.

Contudo, as notícias do extermínio dos judeus europeus continuavam chegando ao Yishuv. Em meados de 1942, chegaram à Palestina informes sobre o assassinato de noventa mil judeus em Minsk, sobre a liquidação dos judeus na Estônia, sobre a morte de três quartos da comunidade judaica de Vilna, sobre a liquidação do gueto de Kovno e sobre a morte de mais de cinquenta mil judeus em Babi Yar<sup>18</sup>. Porém, acompanhada das notícias, todos os jornais do Yishuv publicavam uma advertência aos leitores de que poderia haver exagero nas descrições do número de mortes, já que essas notícias provinham de fontes soviéticas, consideradas não confiáveis. Um exemplo dessa “amenização” das notícias foi o caso de um redator de um jornal que, ao transmitir a notícia de que apenas havia restado 20% da comunidade judaica em Riga, explicou dessa forma esse pequeno percentual de judeus daquela comunidade: “Isto significa que, com a ajuda do governo soviético, os 80% haviam sido evacuados e haviam se salvado”<sup>19</sup>.

As notícias eram recebidas com uma espécie de descrença ou negação, talvez pela perplexidade que tamanho genocídio, sem precedentes mesmo na história tão sofrida e cheia de perseguições dos judeus, causava nos judeus do

---

<sup>16</sup> Ibid., p. 34.

<sup>17</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>18</sup> Ibid., p. 36.

<sup>19</sup> PORAT, op. cit., p. 37.



Yishuv. Dentro dessa incredulidade, tudo aquilo que podia apontar para um erro nas informações, como as divergências nas informações recebidas e nas quantidades de refugiados e mortos na União Soviética, era visto como uma prova de que as notícias não eram verídicas ou de que suas informações eram exageradas.

A primeira vez que uma notícia apontou para um extermínio sistemático dos judeus como plano nazista em grande escala foi recebida, segundo Tom Segev<sup>20</sup>, apenas em meados de 1942. No final de junho, o Congresso Judeu Mundial anunciou em redes de rádio dos Estados Unidos que pelo menos um milhão de judeus já havia perecido na Europa nazista<sup>21</sup>. Esse era um número realmente sem precedentes e que apontava para um genocídio dos judeus europeus. Essa informação foi publicada imediatamente na Palestina, no *Davar*, jornal diário do Histadrut, em 30 de junho. A notícia foi divulgada na primeira página, contudo não foi a manchete de destaque, conforme aponta Segev<sup>22</sup>.

Dina Porat argumenta que podemos comparar a incredulidade dos judeus do Yishuv perante as informações seguras e confirmadas das mortes de judeus na Europa ocupada ao que acontecia na Polônia, onde inúmeras pessoas viam passar, diante de seus próprios olhos, trens carregados de judeus provenientes da Europa Ocidental e Central, e que ainda assim se negavam a compreender o seu significado<sup>23</sup>. Walter Laqueur diz que tal incredulidade igualmente pode ser explicada pelo impacto histórico das atrocidades durante a Primeira Guerra Mundial, quando notícias mentirosas ou exageradas sobre crimes cometidos pelos alemães durante a guerra, e depois desmentidos publicamente, fizeram que se acreditasse que as novas atrocidades atribuídas aos nazistas também fossem exageradas<sup>24</sup>.

Não obstante, não era mais possível ignorar as notícias sobre as mortes de judeus na Europa, porque estas eram cada vez mais frequentes e confiáveis. No início de novembro de 1942, algumas dezenas de membros do Yishuv que

---

<sup>20</sup> SEGEV, op. cit., p. 73.

<sup>21</sup> PORAT, op. cit., p. 43.

<sup>22</sup> SEGEV, op. cit., p. 73.

<sup>23</sup> PORAT, op. cit., p. 51.

<sup>24</sup> LAQUEUR, 1981, p. 11-12.

havia viajado à Polônia antes do início da guerra, e que não conseguiram mais sair do país após o início do conflito, retornaram por intermédio de um acordo feito entre Alemanha e Inglaterra<sup>25</sup>. Muitos deles, tendo vivido em guetos poloneses, descreveram às autoridades do Yishuv que um extermínio estava em curso. Assim, em 22 de novembro de 1942, pela primeira vez desde o começo da guerra, o EAJ dedicou uma de suas sessões regulares inteiramente ao tema dos judeus da Europa<sup>26</sup>. David Ben-Gurion não estava presente à reunião, na qual a “situação dos judeus na Europa” era apenas o segundo item de discussão da pauta<sup>27</sup>.

No dia seguinte, publicaram na imprensa local um anúncio sobre os assassinatos de judeus, que foi a primeira publicação oficial do EAJ sobre o assunto, mas não publicaram tudo o que sabiam a respeito. Essa tentativa de amenizar a notícia era justificada pelo fato de que não queriam gerar um clima de desespero no Yishuv<sup>28</sup>. Mesmo assim, a reação pública foi intensa e variada, oscilando entre culpa e acusações contra a liderança do Yishuv por ter ocultado tais notícias e por não estar fazendo o suficiente pelos judeus europeus<sup>29</sup>. Uma semana depois dessa publicação, ocorreu a primeira ação sobre o assunto, decidida em conjunto pela Agência Judaica e pelo Conselho Nacional, que foi uma declaração de três dias de protesto e luto<sup>30</sup>. Foi uma resposta à grande reação e pressão do público, que enviou cartas para o EAJ, demandando ações mais concretas<sup>31</sup>.

No primeiro dia de protesto, houve uma sessão da Assembleia de Representantes em Jerusalém, que resolveu, em nome do Yishuv, fazer um apelo aos Aliados e aos judeus de todo o mundo para que adotassem ações destinadas a salvar os judeus<sup>32</sup>. Em resposta aos apelos populares, o EAJ propôs, dias depois, duas principais áreas de ação<sup>33</sup>: coletar dinheiro, dentro e

---

<sup>25</sup> SEGEV, op. cit., p. 71-75.

<sup>26</sup> PORAT, op. cit., p. 52.

<sup>27</sup> SEGEV, op. cit., p. 74-75.

<sup>28</sup> PORAT, op. cit., p. 53.

<sup>29</sup> Ibid., p. 54.

<sup>30</sup> PORAT, op. cit., p. 68.

<sup>31</sup> Ibid, p. 69.

<sup>32</sup> Ibid, loc. cit.

<sup>33</sup> Ibid, p. 70.

fora do Yishuv, para operações de salvamento e coordenar protestos públicos, especialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, que contavam com comunidades e organizações judaicas fortes e organizadas. Em dezembro, foi a vez dos Aliados virem à claro e publicarem uma declaração em conjunto, confirmando e condenando o extermínio dos judeus pelos nazistas, ao que foi dado uma ampla cobertura na imprensa internacional<sup>34</sup>. As instituições judaicas do mundo inteiro tinham declarado dias de luto. Nesse momento, todos os governos europeus tomaram conhecimento do extermínio dos judeus, ainda que muitos dos seus cidadãos não as tenham necessariamente ouvido<sup>35</sup>.

O EAJ e o Conselho Nacional proclamaram novo luto e mais 30 dias de protestos, entre 18 de dezembro de 1942 à 16 de janeiro de 1943<sup>36</sup>, ordenando que o comportamento cotidiano de todo o Yishuv deveria expressar luto e ira. Para manter esse comportamento, deveriam evitar festas e lazer de forma geral e as escolas e a imprensa deveriam abordar constantemente o tema do sofrimento dos judeus na Diáspora, assim como as preleções na sinagoga. Porém, como Porat afirma, “um mês de luto resultou ser uma carga demasiado pesada para a população”<sup>37</sup>, e por isso fracassou, havendo uma pequena minoria respeitado as ordens de se manter em luto e evitar o lazer. A maioria, cansada pelos problemas internos do Yishuv, buscou o lazer como forma de desligar-se das preocupações.

Além disso, desde o anúncio de novembro surgiu uma pressão para se criar uma comissão que fosse encarregada do salvamento dos judeus. Para compor a comissão, Ben-Gurion e Gruenbaum convidaram membros de todos os partidos do Yishuv, como Agudat Israel, os revisionistas e o próprio Mapai. Em janeiro de 1943, a comissão já estava formada, contando com doze membros, sendo Gruenbaum escolhido como presidente<sup>38</sup>. O nome escolhido inicialmente foi “Comitê para os Judeus da Europa Ocupada”, depois substituído para “Comitê Unido de Salvamento da Agência Judia” ou apenas “Comitê de

---

<sup>34</sup> LAQUEUR, op. cit., p. 11.

<sup>35</sup> Ibid., p. 12.

<sup>36</sup> PORAT, op. cit., p. 73.

<sup>37</sup> PORAT, op. cit., p. 75.

<sup>38</sup> Ibid., p. 90.

Salvamento”<sup>39</sup>, que começou a funcionar oficialmente em 31 de janeiro de 1943, conforme anunciado na imprensa local e divulgado também nos Estados Unidos e na Inglaterra<sup>40</sup>.

Porém, as atribuições do Comitê de Salvamento nunca foram bem definidas, o que não conferiu autoridade e liberdade de ação à comissão. Membros participantes logo perceberam que o comitê tinha um papel “decorativo” e que não podiam fazer nada além de elaborar planos, pois toda tentativa de ação era vista por departamentos da Agência Judaica como intromissão em sua jurisdição<sup>41</sup>. Outra questão era a financeira, pois o comitê tinha poucos recursos para fazer grandes operações de resgate. Um dos motivos que explicam tais restrições econômicas é que a Agência Judaica tinha outros interesses mais prementes do que o salvamento, como a construção do Estado<sup>42</sup>. Sem dinheiro suficiente e sem uma área de atuação bem demarcada, o comitê pouco conseguia realizar de salvamento concreto dos judeus da diáspora.

Na sessão do Comitê de Ação Sionista, realizada em fevereiro de 1943, novamente ficou clara a discussão entre a prioridade ao salvamento dos judeus e a construção do país. Gruenbaum, o mesmo que presidia o Comitê de Salvamento, falou, em tom pessimista<sup>43</sup>:

Muito a meu pesar, devo voltar a dizer que não creio que realmente possamos fazer algo. Não creio que os governos façam algo significativo. E me resulta sumamente difícil crer que o governo alemão, que Hitler, vai permitir sair os judeus. Certamente, não estamos autorizados a abstermo-nos de toda ação... mas nossas esperanças são ínfimas. Permita-me dizer-lhes isto e eu sei que minhas palavras serão objetadas. Penso que temos só uma esperança – e diria o mesmo em Varsóvia como digo aqui: a única ação, o único esforço que nos pode dar alguma esperança, a única, é o esforço na Palestina.

---

<sup>39</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>40</sup> Ibid., p. 95.

<sup>41</sup> Ibid., p. 86.

<sup>42</sup> Ibid., p. 109.

<sup>43</sup> PORAT, op. cit., p. 111.

E afirmou que, apesar de ter sido um dos poucos com a coragem de falar isso publicamente, era um senso comum no Yishuv essa noção de que o salvamento total estava fora do seu alcance. Essa opinião era partilhada por Apolinari Hartglass, um ativista sionista polonês, membro do Comitê de Salvamento. Em um memorando do comitê, intitulado “Comentários em Ajuda e Resgate”, escrito no início de 1943<sup>44</sup>, Hartglass escreve que não havia como salvar um número considerável de judeus da Europa. No memorando, ele admite que os alemães estavam de fato tentando exterminar os judeus e que mais de sete milhões deles poderiam ser assassinados, mostrando a incapacidade do comitê perante tal tarefa de salvamento:

É claro para nós hoje que não podemos sonhar em salvar mais de doze mil ou algumas dezenas de milhares de judeus... O que esse Comitê pode fazer é apenas uma gota no oceano; é uma auto-ilusão ou um alívio de consciência e não uma ação real. Nós devemos esperar que apesar de todas as atrocidades uma grande parte dos judeus europeus, muitos mais do que o Comitê é capaz de salvar, será salva pela força da vontade de viver...<sup>45</sup>.

Hartglass ainda salienta a importância da *Selektzia*, como era chamada a seleção dos imigrantes aceitos na Palestina, dentro desse contexto da incapacidade de acolher a todos os judeus europeus. Entre salvar um milhão de judeus que poderiam ser um “fardo” para o Estado e dez mil que poderiam contribuir para a criação deste, a última opção seria preferível à primeira, mesmo parecendo mais cruel, como o próprio Hartglass admite<sup>46</sup>. E reforça que se pudessem salvar todos não hesitariam, mas diante da incapacidade de salvar a todos, seria preferível salvar os “bons elementos”<sup>47</sup>. Porém, em abril um evento voltou a colocar o assunto dos judeus europeus na pauta do dia: a Conferência de Bermuda sobre os refugiados<sup>48</sup>. No primeiro evento, a conferência realizada

---

<sup>44</sup> SEGEV, op. cit., p. 99.

<sup>45</sup> “It is clear to us today that we cannot dream of saving more than twelve thousand or some tens of thousands of Jews... What this Committee can do is only a drop in the sea; it is self-delusion or conscience-salving and not real action. We must hope that despite all the atrocities a large part of European Jewry, many more than the Committee is able to save, will be saved by the force of the will to live...” (SEGEV, 1991, p. 99).

<sup>46</sup> Ibid., p. 100.

<sup>47</sup> Ibid., p. 101.

<sup>48</sup> PORAT, 2008, p. 79.

em Bermudas para tratar da questão dos refugiados de guerra, esperava-se que a Inglaterra e os Estados Unidos pudessem oferecer soluções para o problema dos refugiados em geral e, especialmente, dos refugiados judeus.

No Yishuv, porém, as opiniões divergiam. Havia os esperançosos, que acreditavam que os Aliados iriam ajudar, e os pessimistas, que achavam que mais uma vez pouco ou nada seria feito. Alguns propuseram que não se esperasse a iniciativa dos Aliados, mas que os pressionassem à ação, como membros do Executivo da Histadrut. Golda Myerson propôs à Assembleia de Representantes que um petítório fosse criado para ser circulado e assinado por todos os judeus do Yishuv. Myerson tinha ainda uma esperança maior, a de que esse petítório fosse assinado por judeus e até por não judeus dos Estados Unidos, da Inglaterra e da África do Sul. Calculava que, se tivesse dois ou três milhões de assinaturas, conseguiriam exercer uma pressão efetiva sobre os Aliados na Conferência<sup>49</sup>. Entretanto, a maioria dos membros do EAJ e do Conselho Nacional se opuseram a essa ideia do petítório, por considerá-la perda de tempo e de esforços, já que este não seria um instrumento adequado de pressão. A Conferência acabou depois de uma semana e suas resoluções foram mantidas em segredo, mas parecia que nada havia mudado, para o pesar de muitos, como o de Golda Myerson, que chegou a dizer: “Que queremos dos gentios, se o Yishuv em si mesmo não tentou remover céu e terra?”<sup>50</sup>.

Em meados do ano de 1943, o EAJ respondeu aos pedidos por uma ação mais enérgica por parte do Yishuv para ajudar os judeus europeus, alegando que quatro eram os motivos pelos quais se opunham a tal tipo de ação<sup>51</sup>: 1) manifestações e clamores não tinham nenhum valor prático; 2) uma ansiedade constante de manifestações multitudinárias brindaria aos árabes o pretexto de reacender os ataques, como os de 1936 a 1939, especialmente nas cidades de população mista, como Jerusalém; 3) as manifestações e greves na Palestina não recebiam cobertura suficiente na imprensa internacional e, dessa forma, não era capaz de inspirar ações iguais nos Estados Unidos e na Inglaterra; 4) essas

---

<sup>49</sup> PORAT, 2008, p. 80.

<sup>50</sup> Ibid., p. 81.

<sup>51</sup> Ibid., p. 83-84.

manifestações e greves podiam conduzir facilmente a enfrentamentos abertos com os britânicos, o que poderia prejudicar o Yishuv.

Realmente nada além foi feito durante o resto de 1943 e ao longo de 1944, apesar das notícias da invasão da Hungria e das deportações de milhares de judeus húngaros<sup>52</sup>, que despertou algumas vozes alertando sobre a necessidade de novos protestos no Yishuv. Segev diz que, a partir de meados de 1943, confirmadas as notícias do extermínio dos judeus europeus, o Holocausto não era mais uma grande notícia no Yishuv<sup>53</sup>, não despertando mais tanta atenção como ocorreu em 1942. Em dezembro de 1944, em uma nova tentativa de ajuda aos judeus europeus, a Assembleia de Representantes se dirigiu aos Aliados, pedindo que salvassem os sobreviventes. Ainda se dirigiu às organizações assistenciais e clandestinas e às igrejas, que tantas crianças haviam salvado, protegendo-as ou entregando-as para pais não judeus, pedindo para que restituíssem essas crianças a mãos judias<sup>54</sup>.

Em março de 1945, com a guerra nos seus dias finais e quando muitos dos campos e guetos já haviam sido desativados e libertados por tropas aliadas, soviéticas no Leste, e inglesas e americanas no Oeste, foram publicadas em todo o mundo notícias relatando as dimensões do Holocausto. Afinal, os soldados que entravam nos campos viam com seus próprios olhos a crueldade com que os judeus foram tratados, encontrando pilhas de corpos e homens esqueléticos, que mal poderiam ser chamados de vivos, já que muitos de fato não sobreviveram ao dia seguinte à libertação. Fotos, vídeos e relatos comprovaram o que já se sabia: o quase completo extermínio da comunidade judaica da Europa. Diante dessas provas, o Yishuv, revoltado, declarou uma semana inteira de luto que finalizou com um dia de jejum e greve<sup>55</sup> e uma nova demanda para que se salvassem os poucos sobreviventes.

## Debata historiográfico

---

<sup>52</sup> Ibid., p. 87.

<sup>53</sup> SEGEV, p. 76.

<sup>54</sup> PORAT, op. cit., p. 88.

<sup>55</sup> Ibid., loc. cit.

Esse assunto da relação entre o Yishuv e o Holocausto é muito controverso e polêmico até hoje. Poucos autores falaram sobre o tema, mas cada autor tomou posições bem distintas, o que caracterizou um verdadeiro debate, tardio, se pensarmos que somente após meados da década de 1980 é que esse assunto começou a ser abordado academicamente. Um dos primeiros a tratar do tema foi Dina Porat<sup>56</sup>, que escreve em 1986 uma das obras mais importantes sobre o tema, que se tornou uma espécie de referência para todo autor que trate dessa relação entre o Yishuv e o Holocausto.

Porat faz um estudo aprofundado e específico sobre o Yishuv nos anos da guerra, com muitas informações até então desconhecidas ao grande público e até mesmo desconhecidas pelos próprios israelenses. Contra a opinião corrente de que os pioneiros do Yishuv só respeitaram os que pegaram em armas, e não os que foram para a morte como “ovelhas ao matadouro”, ela diz que as fontes documentais das reuniões do EAJ e dos líderes do proto-Estado mostra uma atitude mais complexa perante a questão do extermínio dos judeus europeus. Por exemplo, o problema do resgate dos judeus sob domínio nazista e dos refugiados. Porat salienta que realmente foi feita uma tentativa de resgate com a criação de agências como o Comitê de Salvamento, cuja intenção era salvar a todos os judeus vítimas das perseguições. Não obstante, a prática mostrou que apenas poucos eram salvos, sobretudo aqueles “selecionados” como mais adequados à criação do futuro Estado de Israel<sup>57</sup>.

Em relação à postura do líder maior do Yishuv, Ben-Gurion, esta também foi mais complexa do que se costuma pensar, como destaca Dina Porat. Ela argumenta que ele estava mais envolvido no salvamento do que normalmente se supôs na historiografia, buscando a captação de fundos para tal empreitada e conseguindo permissão de imigração para crianças judias<sup>58</sup>. Contudo, ele não via esse assunto como tema central de suas obrigações e se dedicou em maior grau ao futuro político de Israel como Estado<sup>59</sup>, cuja liderança almejava. Porat ainda destaca que não foi apenas esse grande líder que colocou a questão do

---

<sup>56</sup> PORAT, op. cit.

<sup>57</sup> Ibid., p. 362.

<sup>58</sup> Ibid., p. 370.

<sup>59</sup> Ibid., loc. cit.



salvamento dos judeus europeus como secundária perante os interesses do proto-Estado, mas que esta foi a postura geral dos líderes do Yishuv. Ela afirma que “[...] não se encontrava em todo o Yishuv ninguém que quisera abandonar seus compromissos para dedicar-se exclusivamente ao salvamento dos judeus europeus”<sup>60</sup>.

Não obstante, Porat não se coloca em uma posição somente de crítica aos líderes do Yishuv por não terem realizado um salvamento em larga escala, como também justifica tal aparente inação dos mesmos, devido às dificuldades que enfrentavam. Ela cita<sup>61</sup> algumas dessas dificuldades, como o o fato de os judeus serem uma minoria em um país governado por estrangeiros; de ser um experimento nacional em suas primeiras etapas; de ter recursos reduzidos tanto de mão de obra quanto financeiros; como também a incapacidade de confrontar Hitler e a “maquinaria de morte alemã”. Portanto, sua opinião perante a atitude dos líderes do Yishuv em relação ao Holocausto é de que o proto-Estado não fez o que podia para salvar os judeus europeus, mas fez mais do que lhe foi atribuído pela posteridade<sup>62</sup>.

Mais ou menos na mesma época em que Dina Porat escreve seu livro pioneiro, outros dois autores abordaram o mesmo tema. Um foi Leon Wells, em sua obra de 1987<sup>63</sup>, que acusa os líderes judeus de pouco terem feito para auxiliar os judeus europeus. O outro foi Tom Segev, que escreve sua polêmica obra<sup>64</sup>, na qual destaca a importância do Holocausto para Israel, evento que permeia toda a história deste Estado. Segev salienta em seu livro a importância do livro de Porat como o primeiro em que é feito um estudo metódico sobre a política do Yishuv<sup>65</sup>. Ainda destaca que, antes de Porat, apenas um autor havia falado sobre o assunto, um professor de Tel Aviv chamado S.B. Beit-Zvi, cujo livro foi lido por poucos<sup>66</sup>.

---

<sup>60</sup> PORAT, op. cit., p. 371.

<sup>61</sup> Ibid., p. 384.

<sup>62</sup> Ibid., p. 386.

<sup>63</sup> WELLS (1987 apud BRENNER, 1994).

<sup>64</sup> SEGEV, op. cit.

<sup>65</sup> Ibid., p. 466.

<sup>66</sup> Ibid., loc. cit.

Em sua obra, Segev critica a sociedade israelense das primeiras décadas após a independência, que criou a ideia de que os judeus europeus foram “como ovelhas ao matadouro”. Tratava-se de uma sociedade devotada ao heroísmo e extremamente militarizada, querendo formar o “novo judeu”, que fosse forte e destemido, exatamente a imagem contrária dos judeus mortos por mãos nazistas, que teriam sido vítimas frágeis e indefesas. Só os heróis do Holocausto, como os combatentes do Gueto de Varsóvia, eram celebrados no novo Estado de Israel. Mas, após 1973, com a Guerra do Yom Kippur e a percepção da vulnerabilidade de Israel, essa imagem muda. Outro autor que salienta essa mudança é Anita Shapira<sup>67</sup>, que mostra como a imagem do Holocausto foi sendo alterada ao longo da história de Israel pelos próprios eventos que o Estado era obrigado a enfrentar, como os julgamentos de nazistas, como o de Adolf Eichmann, que mexeu com toda a sociedade israelense e que foi mundialmente noticiado, bem como as próprias guerras que o Estado enfrentou em suas primeiras décadas de existência.

Segev admite que não foi apenas a questão da ideologia sionista e de um preconceito contra os judeus da Diáspora que foi responsável pela falta de ação do Yishuv. Ele resume dessa forma a atitude dos líderes do proto-Estado em relação ao extermínio dos judeus europeus e à possibilidade de resgate destes<sup>68</sup>:

A história dos líderes do Yishuv durante o Holocausto foi uma de desamparo. Eles salvaram alguns milhares de judeus da Europa. Eles poderiam, talvez, ter salvado mais, mas não poderiam ter salvado milhões<sup>69</sup>.

Não obstante, Segev diz que desde o início da guerra houve uma tendência no Yishuv a tratar o Holocausto como se já fosse um evento passado. Discutia-se sobre o que fazer após o fim da guerra, como a construção de memoriais para as vítimas e mesmo as demandas para reparação, assunto que já ocupava a mente de Ben-Gurion enquanto essas mesmas vítimas ainda

---

<sup>67</sup> SHAPIRA, 1998.

<sup>68</sup> SEGEV, op. cit., p. 82.

<sup>69</sup> “*The story of the Yishuv leaders during the Holocaust was essentially one of helplessness. They rescued a few Thousand Jews from Europe. They could, perhaps, have saved more, but they could not save millions*” (Ibid., loc. cit.)

estavam vivas, uma conduta que Segev considera como “grotesca” e “macabra”<sup>70</sup>. O autor termina seu livro<sup>71</sup> contando sobre um fato que aconteceu em Israel em 1968. Era o dia seguinte ao primeiro Dia do Holocausto, após a Guerra dos Seis Dias. O jornal *Lamerhov* havia publicado uma entrevista com Saul Friedländer, que estava se tornando um dos grandes pesquisadores do Holocausto. Na entrevista, Friedländer havia se referido à reação dos líderes do Yishuv perante o extermínio dos judeus na Europa como um “fracasso”, pois poderiam ter feito mais do que fizeram para salvar os judeus. E explica que isso se deve ao fato de que a liderança do proto-Estado estava mais preocupada com a criação do Estado do que com o salvamento dos judeus europeus.

No mesmo dia, Segev foi, juntamente com dois amigos, entrevistar o já idoso David Ben-Gurion para o jornal da Universidade Hebraica de Jerusalém. Perguntado se havia lido a entrevista com Friedländer, Ben-Gurion responde negativamente. Quando os entrevistadores tentam perguntar ao ex-líder do Yishuv e do Estado de Israel sobre o Holocausto, primeiro, ele parece se esquivar da pergunta e descreve os empecilhos para a criação do Estado durante a guerra. Questionado novamente sobre se os líderes do Yishuv haviam compreendido o significado do Holocausto enquanto estava em curso, Ben-Gurion fica em silêncio um pouco e depois responde<sup>72</sup>: “O que há aí para entender? Eles morreram e é isso”<sup>73</sup>.

Essa ocorrência mostra bem a visão de Segev sobre a posição dos líderes do Yishuv em relação ao extermínio dos judeus da diáspora durante o nazismo. Não foi tanto uma incapacidade de resgatar os judeus, apesar de que haviam limitações à sua ação, como o autor também salienta. Era mais uma questão de ser um assunto secundário perante o objetivo maior dos sionistas, que era a criação do Estado judeu em Israel. E essa posição, para Segev, fica demonstrada nessa atitude do idoso Ben-Gurion, como o representante maior do sionismo.

---

<sup>70</sup> SEGEV, op. cit., p. 104.

<sup>71</sup> Ibid., p. 467-468.

<sup>72</sup> “*What is there to understand? They died and that's it*” (Ibid., p. 469).

<sup>73</sup> Ibid., loc. cit.

Quem igualmente mostra bem esse papel ativo de Ben-Gurion, porém de forma mais positiva que Segev, é Tuvia Frilling, em seu livro de 1998<sup>74</sup>, que de certa forma defende a liderança do Yishuv. Admite que realmente pouco foi feito, mas que, assim como foi chamado o seu livro, as tentativas pelo Yishuv de resgate dos judeus europeus eram como atirar “flechas na escuridão”, ou seja, sem garantia de sucesso, nem mesmo era possível garantir que o dinheiro e a ajuda chegassem de fato ao seu destino, devido às complicações da guerra. Frilling ainda diz que Ben-Gurion não ignorou o sofrimento dos judeus europeus e só se focou na criação do Estado, como aponta Segev, mas que tentou fazer o que estava ao seu alcance para salvar os judeus, mantendo muitas vezes a sua ação em segredo e que por isso não se sabe tudo o que ele fez de fato nesse sentido.

Walter Laqueur<sup>75</sup> não aborda especificamente a atitude do Yishuv perante o Holocausto. Contudo, ao abordar o recebimento das notícias sobre a “Solução Final” entre 1941 e 1942, ele mostra como a incredulidade em relação às notícias recebidas retardou o auxílio aos judeus. Não obstante, o autor não acredita que o resgate poderia ter sido maior caso tais informações tivessem sido levadas à sério, porque não apenas o Yishuv não poderia ter feito mais do que fez, como os Aliados igualmente não poderiam ter empreendido um resgate maior<sup>76</sup>:

Muitos perguntarão se realmente as coisas teriam sido diferentes se o mundo tivesse aceitado a realidade do assassinato em massa, naquela época. Ninguém sabe. Muito provavelmente não teria feito grande diferença. Os judeus da Europa não poderiam ter escapado à sua sorte, os que se encontravam fora da Europa eram demasiado fracos para ajudar e, de qualquer modo os países neutros e aliados não poderiam ter feito mais do que fizeram, o que foi, como se sabe, realmente muito pouco.

Como vimos a partir dos poucos exemplos que aqui demos, apesar de serem os mais importantes e representativos, são várias as opiniões e posições dos historiadores que nos ajudam a compor a complexa rede que foi a relação entre o Yishuv e o Holocausto. Essa diversidade de posições só mostra como

---

<sup>74</sup> ARROWS..., [2016?].

<sup>75</sup> LAQUEUR, op. cit., p. 11-12.

<sup>76</sup> Ibid., p. 15.

essa questão é complexa e que não pode ser facilmente explicada. Não podemos afirmar qual é a linha historiográfica que mais tem razão, a que defende o Yishuv de ter feito o possível pelos judeus europeus, ou a que o acusa de não ter feito o suficiente. Não há exatamente um certo e um errado nessa questão, o que muda é apenas o pressuposto, se era ou não possível ter feito mais do que se fez. Isso é uma questão especulativa e que por essa razão levanta tantas opiniões diferentes.

Por isso, o caminho do bom senso é sempre o mais adequado e acreditamos que aí reside mais uma vez a importância da obra de Dina Porat, não apenas por ser uma pioneira no assunto e por descrever de maneira bem completa toda a complexidade de um Yishuv pequeno, dividido internamente e oscilando entre o sionismo e o salvamento dos judeus da diáspora, mas porque ela não defende nem acusa o Yishuv. Mostra que, num proto-Estado ambíguo como era, a atitude dos seus líderes diante desse evento sem precedentes nem mesmo na história de sofrimento dos judeus também foi ambígua.

## **Conclusão**

É uma grande indignação até hoje o fato de judeus do Yishuv terem assistido passivamente a morte de seis milhões de irmãos judeus, bem como é igualmente difícil compreender porque nenhum país desenvolvido fez o necessário para impedir o Holocausto.

Muitos alegam que não se fez o suficiente por falta de informações concretas e que só se soube da magnitude do extermínio após a libertação dos campos. Entretanto, vimos que de fato havia provas suficientes que indicavam que os nazistas estavam empreendendo um extermínio dos judeus sistemático e em grande escala. Diante dessa constatação, a pergunta é: por que a resposta dos líderes do Yishuv não foi imediata nem concreta?

Uma das primeiras questões que se coloca é o problema do sionismo. A liderança do Yishuv era sionista e buscava concretizar o Estado de Israel em terras palestinas. Já havia a dificuldade apresentada por ser uma minoria em um território majoritariamente habitado por árabes, que já se posicionavam contra a

imigração judaica, posição que às vezes se tornava agressiva, em forma de greves e rebeliões, e inclusive ataques armados.

Além dos árabes, havia outro empecilho: os britânicos que, a princípio pareciam aliados da causa judaica, em vista da Declaração de Balfour, que oferecia os subsídios para a criação de um Estado judaico, mas que logo se tornaram quase inimigos dos judeus. Primeiro, por restringirem a imigração judaica, base para a criação de um Estado judeu, por intermédio do odiado Livro Branco, e depois por se posicionarem muitas vezes favoravelmente aos apelos árabes contra os judeus, dificultando a compra de terras e a imigração.

Outras questões, além dos inimigos externos, era a questão das diferenças entre os próprios judeus. Primeiro, a diferença entre os judeus da diáspora, vistos por muitos como antissionistas e não verdadeiros judeus, e os judeus pioneiros do Yishuv, que fizeram as primeiras *aliyot*, enfrentando inúmeras dificuldades numa terra árida e sem nenhuma facilidade para aceitar imigrantes judeus. Além dessa diferença entre os judeus do Yishuv e da diáspora, havia diferenças entre os próprios judeus vivendo na Palestina em relação à religião, isto é, entre judeus ortodoxos, geralmente antissionistas, e judeus seculares e sionistas como a liderança do Yishuv. Havia diferenças políticas também entre os judeus do Mapai, os de Agudat Israel, os Revisionistas e a extrema esquerda, só para citar os mais importantes.

Além disso, outras dificuldades se apresentavam, como as de fundo econômico, já que o Yishuv tinha poucos recursos e dependia muito de doações, especialmente dos Estados Unidos, e também questões práticas, relacionadas à situação de guerra. Problemas de comunicação, dificultando o recebimento de informações atualizadas e seguras sobre a situação dos judeus nos países ocupados e as próprias disposições dos Aliados, muitas vezes dificultando a entrada de dinheiro nos países dominados pelos nazistas. Com todos esses empecilhos, é possível entender as dificuldades que a liderança do Yishuv teve para agir, tentando ajudar ou salvar os judeus da Europa.

Linhas historiográficas diferem ao apontar a maior ou menor ação do Yishuv e de seu líder maior, Ben-Gurion. Alguns são extremamente críticos,

como Tom Segev<sup>77</sup>. Outros, como Tuvia Friling<sup>78</sup>, tentam defender o Yishuv e seus líderes, dizendo que, se não fizeram o que podiam, fizeram o que estava a seu alcance. Dina Porat<sup>79</sup> não faz parte de nenhum desses extremos, pois ao longo do seu livro mostra que o Yishuv de fato pouco fez para salvar os judeus, mas justifica essa atitude por uma série de empecilhos que tinha para fazer tal empreitada.

Desse modo, evidencia-se que não se tratava de uma questão de falta de empatia para com os judeus europeus, uma indiferença para com o seu sofrimento, mas algo que ocorreu porque, dada a magnitude e o fato de ter sido algo sem precedentes, mesmo na história repleta de *pogroms* e perseguições do povo judeu, primeiramente os líderes do Yishuv não acreditaram nas notícias que recebiam do exterior, categorizando-as como terríveis demais para serem verídicas. Posteriormente, a partir de 1942, quando as evidências não mais deram margem à esperança, já era muito tarde para se remediar a situação, pois o extermínio já era sistemático e bem organizado pelos nazistas. E o Yishuv, com suas limitações econômicas, geográficas e geopolíticas, pouco poderia ter feito mesmo para mudar o destino dos seus irmãos judeus e ter interrompido, ou mesmo freado, o Holocausto.

Se os judeus do Yishuv, representados por sua liderança – que em boa parte continuou a ser a liderança judaica após a fundação do Estado de Israel em 1948, e que auxiliou na formação do novo Estado, construindo as feições que ele tem hoje, com destaque para o papel de Ben-Gurion – fizeram o suficiente para salvar os judeus europeus para fugirem das garras dos nazistas, e se de fato o Holocausto era um mal que poderia ter sido evitado ou mesmo atenuado, isso é apenas uma suposição da qual nunca poderemos ter certeza. O que sabemos é que, contrariando todas as normas e avanços da civilização do século XX, e deixando para trás toda a humanidade e a decência humana, dando vazão à bestialidade e à brutalidade sem coração nem razão, o Holocausto é um fato que marcou para sempre a história da nossa triste humanidade.

---

<sup>77</sup> SEGEV, op. cit.

<sup>78</sup> ARROWS..., [2016?].

<sup>79</sup> PORAT, op. cit.

Se os judeus do Yishuv podiam ter feito mais por seus irmãos europeus, não sabemos e nunca saberemos, mas com certeza os judeus europeus, dizimados pela insânia nazista fizeram, mesmo sem ser sua intenção, muito pelo Yishuv. Deram-lhe legitimação, fortaleceram o seu discurso pelo reconhecimento do direito dos judeus em ter a sua própria pátria e confirmaram a necessidade alegada pelos sionistas de que era necessário que os judeus tivessem um lar que pudesse ser o seu refúgio contra novos *pogroms* e perseguições tão recorrentes em sua história. Assim, o lema “*never again*” se tornou também um dos lemas do novo Estado de Israel, ainda que hoje vejamos que, mesmo com seu próprio lar, os judeus de Israel continuem a ter que justificar a sua presença ali, e ainda serem ameaçados por novos inimigos, não mais alemães com belos uniformes, mas terroristas envolvidos em bombas caseiras. Portanto, mais uma vez os judeus precisam lutar pela legitimação de sua pátria e pela sobrevivência de seu povo e o desfecho dessa luta só as gerações futuras poderão conhecer.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROWS in the dark. In: WIKIPEDIA. [S.l.], [2016?]. Disponível em: <<https://goo.gl/eCJrDM>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

BRENNER, Rachel Feldhay. Review: the seventh million: the Israelis and the Holocaust, by Tom Segev. *Israel Studies Bulletin*, Bloomington, v. 10, n. 1, p. 19-20, 1994.

BRITISH Palestine mandate: British White papers. *Jewish Virtual Library*, Chevy Chase, [20--?]. Disponível em: <<https://goo.gl/XiNMk8>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

LAQUEUR, Walter. *O terrível segredo: a verdade sobre a manipulação de informações na “solução final” de Hitler*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MILLER, Jason A. Review: The Seventh Million, by Tom Segev. *The Voice*, Congregation Agudath Israel, Caldwell, maio 2003.

PORAT, Dina. *Con las manos atadas: el liderazgo sionista y el Holocausto*. Jerusalém: E.D.Z. Nativ, 2008.

REFUGEES. In: ENCICLOPÉDIA do Holocausto. Washington: United States Holocaust Memorial Museum, [20--?]. Disponível em: <<https://goo.gl/f6cXWY>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

SEGEV, Tom. *The seventh million: the Israelis and the Holocaust*. New York: Owl Books, 1991.



SHAPIRA, Anita. "The Holocaust: private memories, public memory. *Jewish Social Studies*, v. 4, n. 2, p. 40-58, 1998.

STRUMA disaster. In: WIKIPEDIA. [S.l.], [2017?]. Disponível em: <<https://goo.gl/EKqkCk>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

VOYAGE of the Struma. In: ENCICLOPÉDIA do Holocausto. Washington: United States Holocaust Memorial Museu, [20--?]. Disponível em: <<https://goo.gl/HRdcPy>>. Acesso em: 16 nov. 2017.